



Apoios à I&D

NUNO NAZARÉ
INNOVATION MANAGER DA ALMA
CONSULTING GROUP

AGENDA DIGITAL 2015 E PME:

SOLUÇÕES PARA O ALCANCE DAS METAS DEFINIDAS

A Agenda Digital 2015, recentemente apresentada pelo Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, é um programa de acção inserido no âmbito do Plano Tecnológico que define um conjunto ambicioso de metas para a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) pelo Estado e empresas. Nesse sentido, foram definidas como linhas prioritárias as Redes de Nova Geração, a Melhor Governação, a Educação de Excelência, a Saúde de Proximidade e a Mobilidade Inteligente.

Com um investimento de 2,5 mil milhões de euros e a possibilidade de criar de 15 a 20 000 empregos qualificados, pretende-se, por exemplo, criar serviços baseados nas Redes de Nova Geração (RNG) que contribuam para o desenvolvimento da Economia e da Sociedade, e originar pelo menos 12 agrupamentos complementares de empresas ou consórcios com elevada projecção internacional.

A orientação para a globalização é também notória na área da Mobilidade, em que o grande designio é fomentar a criação de clusters exportadores orientados para a Mobilidade inteligente e para a optimização energética dos transportes, esperando-se que consigam exportar pelo menos 800 milhões de euros de bens e serviços.

Mas que papel desempenham as PME neste contexto? Tendo em conta a abrangência das metas da Agenda Digital 2015 e que 99,9% das empresas portuguesas são PME, estas certamente terão um papel fundamental. No entanto, a relação actual das PME com as Tecnologias da Informação continua a ser tímida. Um estudo realizado pela IDC revela que 70% das empresas vêm com relutância ou têm uma atitude

conservadora relativamente ao investimento neste tipo de tecnologias, sendo que 30% das PME têm apenas uma estrutura tecnológica básica.

Este cenário é particularmente preocupante tendo em conta que o recurso à tecnologia se apresenta actualmente como um elemento fundamental para o desenvolvimento de produtos inovadores e diferenciados, capazes de oferecer um valor acrescentado ao consumidor e de competir a nível internacional. Mas, fazendo face a esta tendência, existem apoios do Estado no âmbito do financiamento da I&D que poderão facilitar o processo, caso a tecnologia seja usada de forma a gerar produtos e processos inovadores. Uma empresa que queira desenvolver um projecto nesta área e não disponha de recursos, poderá obter financiamento através do QREN, mais especificamente do instrumento SI I&DT, em que a empresa pode usufruir de uma taxa de incentivo entre 25 e 50%, tendo como base as despesas com recursos humanos e investimentos corpóreos e incorpóreos, com um limite máximo de 1 milhão de euros.

No caso de a empresa já ter desenvolvido um projecto nesta área, poderá beneficiar de um incentivo fiscal à I&D, através do programa SIFIDE, e recuperar até 82,5% do investimento feito nos projectos de I&D sob a forma de uma dedução directa à colecta de IRC.

Tendo em conta o ambiente de crise e de contenção económica que se vive, e que só vem aumentar a reserva que as PME têm em relação à tecnologia, os estímulos e apoios concedidos pelo Estado são fundamentais. Só assim se conseguirá que as empresas adiram a este processo e que as metas da Agenda Digital 2015 sejam cumpridas.